



Em defesa da engenharia e da indústria nacionais

Beatriz Arruda



A necessidade premente de recuperação do setor produtivo brasileiro foi pauta da reunião realizada em 23 de janeiro, em São Paulo, com a participação de dirigentes da FNE e de diversas outras entidades da área tecnológica. Também em discussão, a Petrobras é considerada totalmente viável por especialistas que apontam o risco de entrega de sua riqueza ao mercado estrangeiro. *Páginas 4 e 5*

Direitos

Mudança da CLT trará precarização do trabalho

Página 3

Entrevista

Déficit da Previdência é mito, afirma auditora da Receita

Página 7

Na frente de batalha

Nesta edição, **Engenheiro** coloca em pauta questões essenciais ao conjunto da sociedade que serão objeto de luta e muito debate. Em matéria de capa, a imperativa necessidade de se preservar a Petrobras, principal empresa nacional, recuperar a indústria do gás e petróleo e proteger a engenharia brasileira. Tais preocupações estão na agenda da FNE, do movimento "Engenharia Unida" e foram objeto de importante reunião realizada em 23 de janeiro em São Paulo, contando também com a participação de representantes do setor produtivo.

No campo dos direitos sociais, tramitam no Congresso propostas de reforma da Previdência Social e de mudança na legislação trabalhista. Conforme demonstram especialistas nos respectivos temas, ambas são desnecessárias e prejudiciais à população. Em entrevista, a vice-presidente da Associação Paulista dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Apafisp), Margarida Lopes de Araújo, põe por terra o mito de déficit nas contas das aposentadorias. Ouidos pela reportagem, juristas, economistas e sindicalistas criticam a intenção de precarização do trabalho expressa no Projeto de Lei 6.787.

Em C&T, o amplo programa de pós-graduação lançado pelo Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), que oferece aos profissionais qualificação de alto nível pensada para atender demandas atuais do mercado. Entre os cursos, Engenharia de Segurança com foco na agricultura e Gestão de Energia.

Mais as atividades dos sindicatos em todo o País.

Boa leitura.

São urgentes medidas que incentivem a produção e gerem emprego

Recuperar a indústria nacional

Murilo Pinheiro

A NECESSIDADE DE enfrentar a desindustrialização precoce que assola o Brasil, o que implica mudanças nas diretrizes macroeconômicas e a implantação de uma correta e efetiva política industrial, vem sendo afirmada há tempos pela FNE. O tema integra o projeto "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento" (<http://www.crescebrasil.org.br/>). Desde o ano passado, é também agenda essencial do movimento "Engenharia Unida" (<https://goo.gl/xiH5po>), que engloba inúmeras entidades representativas dos profissionais da área tecnológica.

Essa mobilização fortaleceu-se com o lançamento da Frente Parlamentar Mista da Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional, encabeçada pelo deputado federal Ronaldo Lessa (PDT-AL). Ganhou musculatura também a partir da reunião realizada no dia 23 de janeiro, na sede da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), em São Paulo (leia cobertura nas páginas 4 e 5).



Na ocasião, ficou clara a necessidade urgente de mudanças que estimulem o setor produtivo brasileiro, que precisa ganhar eficiência, buscar inovação e ganhos de produtividade, mas não pode ser simplesmente deixado à deriva em benefício das empresas estrangeiras. Para além de enfraquecer a nossa economia, isso é um ataque à nossa soberania e um impedimento à nossa inserção autônoma

na globalização. Essa dinâmica atinge ainda de forma desastrosa a nossa engenharia e os seus profissionais, que também se veem vítimas do resultado mais grave deste quadro: o desemprego que já atinge cerca de 13 milhões de pessoas. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em 2016, foram eliminados 1,3 milhão de empregos no País. Desses, 322,5 mil foram postos fechados na indústria e 358,7 mil na construção civil. Até novembro passado, na área de engenharia especificamente, o saldo negativo era de 18.272, que se somaram aos 20.743 do ano anterior.

Ou seja, mantida a lógica atual, de desnacionalização da produção, exportação de empregos e favorecimento à especulação financeira, eliminam-se as possibilidades de o Brasil alcançar níveis adequados de

Beneficiar empresas estrangeiras em detrimento das brasileiras não só traz prejuízos ao País, como representa ataque a nossa soberania.

MARINGONI



- Nosso governo hoje se divide entre os que foram delatados, os que vão ser delatados e os que estão em sigilo...

desenvolvimento. Tal cenário de disfunção econômica, associado a medidas de redução da seguridade social e de retirada de direitos trabalhistas, pode nos levar a uma situação extremamente negativa, com as condições de vida da população absolutamente deterioradas. Se seguirmos por esse caminho, em vez de avançar o muito que precisamos, retrocederemos ainda mais. Diante disso, a FNE defende uma forte mobilização social para fazer com que os poderes constituídos ajam em benefício do Brasil e do seu povo.

Murilo Pinheiro é presidente da FNE e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU)

ENGENHEIRO – Publicação mensal da Federação Nacional dos Engenheiros

Diretor responsável: Murilo Pinheiro. **Conselho Editorial:** Murilo Pinheiro, Carlos Bastos Abraham, Manuel José Menezes Vieira, Disneys Pinto da Silva, Antonio Florentino de Souza Filho, Luiz Benedito de Lima Neto, José Luiz Bortoli de Azambuja, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Thereza Neumann Santos de Freitas, Maria Odineia M. Santos Ribeiro, Modesto F. dos Santos Filho, Clarice M. de Aquino Soraggi, Gerson Tertuliano, Edson Kiyoshi Shimabukuro (licenciado), Sebastião A. da Fonseca Dias, Wissler Botelho Barroso, Francisco Wolney Costa da Silva, José Ailton Ferreira Pacheco, Tadeu Ubirajara Moreira Rodriguez, Maria de Fátima Ribeiro Cô, Antônio Ciro Bovo, José Carlos Ferreira Rauen, Lincoln Silva América (licenciado), Celso Atienza, Cláudio Henrique Bezerra Azevedo. **Editora:** Rita Casaro. **Revisora:** Soraya Misleh. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Sede:** SDS Edifício Eldorado, salas 106/109 – CEP 70392-901 – Brasília – DF – **Telefone:** (61) 3225-2288. **E-mail:** imprensa@fne.org.br. **Site:** www.fne.org.br. **Tiragem:** 10.000. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** fevereiro de 2017. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da FNE.



Reunião em São Paulo articulada a partir do movimento Engenharia Unida definiu unidade de ação em defesa da profissão e da soberania nacional

Especialistas denunciam desmonte da Petrobras e impacto sobre setor industrial

Soraya Misleh

“Na direção do crescimento e desenvolvimento, estamos com o movimento ‘Engenharia Unida’, composto por entidades de trabalhadores e patronais, empresas, academias, conselhos profissionais. Temos uma responsabilidade enorme em alimentar com ideias e propostas a Frente Parlamentar Mista da Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional. Vamos utilizar esse palanque para intervir e apresentar saídas. Temos que preservar nossas empresas.” Com essas palavras, Murilo Pinheiro, presidente da FNE, conclamou as lideranças da área tecnológica e empresarial presentes à reunião no dia 23 de janeiro, em São Paulo, na sede da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), à unidade em defesa da engenharia nacional, ameaçada pelas medidas anunciadas recentemente em relação a petróleo e gás.

O chamado foi reiterado pelo coordenador da Frente Parlamentar, deputado federal Ronaldo Lessa (PDT-AL), ao saudar o encontro, que visou discutir ações em defesa da Petrobras e do País: “Aqui começa a ‘Engenharia Unida’. O Congresso Nacional deve ser uma caixa de ressonância à sociedade das demandas necessárias. É importante essa aliança, essa inteligência subsidiar o Legislativo e contribuir (com a frente).”

Programa de desinvestimentos

Sob a alegação de sanar a situação financeira da Petrobras, o governo anunciou “programa de desinvestimentos” no total de US\$ 34,6 bilhões até 2018, feito pelo atual presidente da empresa, Pedro Parente. “A dívida da Petrobras, assim como todos os seus números, é expressiva (segundo dados oficiais relativos ao terceiro trimestre de 2016, situa-se em R\$ 325,6 bilhões). Mas a mídia exagera. A afirma que a companhia está falida, quebrada, já era. Isso é mentira. A Petrobras tem hoje em caixa cerca de US\$ 24 bilhões, recursos suficientes para

atender todos os seus compromissos nos próximos 30 meses, sem necessidade de captação no mercado financeiro”, enfatiza o engenheiro Ricardo Maranhão.

Conselheiro do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e ex-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), agraciado com o prêmio Personalidade Profissional 2016 em Engenharia pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), ele lembra que, em meio a essa falsa informação de falência, a empresa recebeu, pela terceira vez, o “maior prêmio concedido à indústria de petróleo”, o *OTC Distinguished Achievement Award For Companies, Organizations* – em

Empresa não está quebrada. Patrimônio público deve ser preservado, em prol da sociedade, rumo ao crescimento e desenvolvimento.

reconhecimento às tecnologias de ponta desenvolvidas para a produção da camada pré-sal. Para Maranhão, outro exemplo de que a companhia não está quebrada é que continua a ter facilidades na obtenção de financiamentos e atratividade. Recentemente, observa, “a empresa lançou títulos no mercado americano. A ideia inicial era colocar US\$ 2 bilhões. A receptividade foi tanta que esse volume passou a US\$ 4 bilhões”.

Privatização aos pedaços

O especialista é categórico: “A venda de ativos é não só desnecessária, como prejudicial aos acionistas e trabalhadores da companhia, aos consumidores e ao País. E mesmo se fosse inevitável, está sendo feita na pior hora possível, em que os preços do barril de petróleo estão deprimidos e há excesso de ativos no mercado.”

Segundo ele, o corpo técnico apresentou diversas alternativas para equacionar a situação financeira, sem precisar recorrer à venda de ativos. Uma delas é explicitada por Diomedes Cesário da Silva, engenheiro de equipamentos da Petrobras há mais de 40 anos: alongar o perfil da dívida até 2021 e manter as atividades, garantindo geração de caixa, considerando também os resultados que advirão das plataformas novas. Agraciado pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp) em 2016 com o prêmio Personalidade da Tecnologia em Energia, ele lamenta que essa solução, assim como os alertas feitos anteriormente ao Conselho de Administração da Petrobras não foram levados em conta. O corpo técnico enviou uma série de documentos e cartas no combate à ingerência política – inclusive dos “crachás de aluguel” (como são definidas pessoas da alta direção que receberam comissão de líderes políticos para atuar em defesa de interesses privados) – e ao mau planejamento, que culminaram na dívida atual.

O remédio anunciado não corrige esses equívocos, mas aprofunda: “O que está sendo feito é incorreto. Estão vendendo ativos estratégicos, como a malha de gasodutos entregue à multinacional Brookfield por cerca de US\$ 5 bilhões. Mais de 90% dessa malha é utilizada pela própria Petrobras, para movimentação de gás. Cria-se um oligopólio privado, e a companhia ficará em suas mãos. Terá agora que pagar pelo uso. Pode-se alegar que seria possível construir outro ou recomprar no futuro. Seria refazer um investimento, e muito mais elevado”, aponta Cesário. Na mesma linha, estão sendo colocados à venda campos de petróleo em plena produção. “Para uma empresa australiana, querem vender Baúna, no Espírito Santo, cuja geração é de 45 mil barris por dia. Significará uma perda de receitas de US\$ 1 bilhão. Como pagar dívida abrindo mão de receita?”, questiona Maranhão.

Segundo ele, o processo está recheado de ilegalidades. Fere princípios constitucionais



Ronaldo Lessa, César Prata, Murilo Pinheiro e o presidente executivo da Abimaq, José Velloso: defender a engenharia e a soberania nacionais.

e desconsidera o compromisso da Petrobras para com a sociedade – o que levou o Tribunal de Contas da União (TCU) a suspender algumas das operações previstas. “Pedro Parente mandou fechar a usina de biodiesel de Quixadá, no Ceará. Serão 170 desempregados, cerca de mil famílias de pequenos agricultores fornecedores da matéria-prima (mamona) desamparadas, aprofundamento dos desníveis regionais de desenvolvimento, uma ação contra a sustentabilidade. A região ficará mais pobre ainda”, critica o ex-presidente da Aepet. Outro exemplo negativo citado por ele é a venda da petroquímica de Suape, em Pernambuco, para a mexicana Alpek e a aprovação de projeto de lei do Senado que acaba com a exclusividade da Petrobras como operadora dos consórcios que atuarão na camada pré-sal. Descoberta em 2006 e já produzindo dois anos depois, segundo Maranhão, essa deve ter reservas em torno de 180 a 280 bilhões de barris de petróleo. “Estamos falando de algo entre US\$ 18 e 28 trilhões. Vamos perder o controle sobre isso.”

Estão sepultando a engenharia brasileira. É preciso responsabilizar os gestores.”

César Prata, presidente do Conselho de Óleo e Gás da Abimaq, apresentou na reunião do dia 23 as preocupações principais do setor, todas vinculadas à perda de capacitação técnica e ausência de conteúdo local nos investimentos a serem feitos. A partir da Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), explicou ele, companhias estrangeiras podem se instalar, explorar e processar petróleo no Brasil, com isenção de tributos. Citou como exemplo o caso de Pecém, no Ceará, em que se instituiu uma usina siderúrgica coreana. “Consumem matéria-prima local e depois exportam aço para a Coreia.” Segundo Prata, a linha do governo é “repetir essa receita em mais 21 projetos, como no Maranhão, com a China”. O representante da Abimaq criticou o programa de concessões à iniciativa privada, sem contrapartida para garantir os interesses nacionais. “Em petróleo, está havendo uma espécie de desnacionalização de tudo o que nos interessa.”

Ele citou ainda a discussão de um marco regulatório para o setor, cuja proposta inicial, que não asseguraria conteúdo local, foi bloqueada por iniciativa de uma coalizão formada por entidades da indústria do segmento. Denominado Programa de Estímulo à Competitividade da



Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (Pedefor), está agora em negociação. Outro problema diz respeito à isenção tributária total a companhias estrangeiras, a partir da proposta de renovação do Repetro. Instituído nos anos 1990, trata-se, segundo explicou Prata, de um regime para renúncia fiscal ao setor de petróleo. “Alertamos o governo que esse embute um viés importador, inclusive da enge-

Medidas anunciadas recentemente pelo governo em relação a óleo e gás são não só desnecessárias, como prejudiciais ao País.

nharia.” Outro motivo de preocupação é o chamado *waiver*, relativo à liberação de se utilizar conteúdo local. “Isso afetou um monte de gente, com montanhas de encomendas e empregos passando por fora do País”, revelou Prata. Conforme informou o presidente do conselho da Abimaq, o Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e *Offshore* (Sinaval) entrou com ação judicial contra essa medida. Os presentes à reunião manifestaram apoio à iniciativa

e a disposição de se associarem a ela. Por fim, o anúncio feito em 11 de janeiro de que empresas nacionais não poderão participar da licitação relativa à retomada das obras de construção da unidade de processamento de gás do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Utilizando como pretexto a Operação Lava Jato, “a Petrobras convidou 30 empresas, todas estrangeiras.” Para Murilo, as investigações em curso devem continuar, mas não podem servir como justificativa para se abrir mão do patrimônio público e da engenharia nacional.

Luta fundamental

“Inaceitável.” Assim o deputado Lessa classificou essa medida, que considera o estopim que motiva uma luta fundamental. A partir dessa conclusão, entre os encaminhamentos desse encontro estão: manutenção da engenharia unida; elaboração de manifesto contra o desmonte do segmento e com as reivindicações da categoria; informação sobre a situação do setor e a Petrobras; tentativa de envolver governadores dos estados; agendamento de reuniões com os ministérios de Minas e Energia e Fazenda, bem como com o Presidente da República; e um calendário de novos encontros. O próximo está marcado para 9 de fevereiro, em Brasília, aproveitando reunião da Frente Parlamentar.

A companhia em números

O dado que tem sido divulgado é a dívida da Petrobras – no terceiro trimestre do ano passado, equivalente a R\$ 325,6 bilhões. Porém, a situação da empresa não pode ser avaliada sem considerar o conjunto.

Conforme o engenheiro Ricardo Maranhão, a última gestão deixou em caixa US\$ 24 bilhões. A companhia fechou 2016 com alta na exportação, recordes em produção, queda no endividamento líquido de 17%, novas plataformas e poços marítimos. Alguns números dessa gigante do petróleo:

Reservas provadas* **12,514 bilhões** de barris de óleo equivalente

Produção média no Brasil* **2,63 milhões** de barris de óleo equivalente por dia (na camada pré-sal, 1,02 milhão/dia)

*Inclui gás natural / Fonte: Site da Petrobras (www.petrobras.com.br)

Prevalência de negociado sobre legislado é ponto mais grave do projeto de lei que altera a CLT

Direitos trabalhistas sob ataque

Rosângela Ribeiro Gil

O Projeto de Lei 6.787, anunciado pelo governo federal em 22 de dezembro de 2016, propõe a alteração de diversos artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e das regras do trabalho temporário e em regime de tempo parcial, constituindo-se em clara ameaça a direitos históricos. O presidente da FNE, Murilo Pinheiro, criticou o PL, afirmando ser “inadmissível que se pense em retirar direitos trabalhistas” e diz que a entidade combaterá “decididamente a proposta”.

Para ele, são outras as medidas necessárias ao País. “Precisamos de políticas macroeconômica, tributária e industrial corretas e eficazes para garantir a retomada do crescimento. Certamente, não será uma reforma trabalhista que trará desenvolvimento”, afirmou. A visão é reforçada pelo professor Luiz Gonzaga Belluzzo, segundo quem o que está sendo discutido hoje no mundo inteiro, inclusive no âmbito do Fundo Monetário Internacional (FMI), “é o investimento em infraestrutura para impulsionar demandas na economia e gerar empregos de qualidade”.

A opinião é compartilhada ainda pelo presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Germano Siqueira, que classifica o PL como desnecessário. “A urgência no Brasil é a recuperação econômica, que não tem nada a ver com a CLT. Só acredita nessa bravata quem é desinformado ou está de má-fé”, disparou o juiz.

Precarização

Na avaliação do procurador Ângelo Fabiano Farias da Costa, que está à frente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a proposição significa piores condições para o empregado: “O projeto é ruim porque amplia os contratos de trabalho de forma mais precária, que são os de regime em tempo parcial e o temporário.” Segundo ele, já está demonstrado em países da União Eu-



Procurador Costa receia piora das condições de trabalho com as mudanças propostas pelo governo.

ropeia e nos Estados Unidos que esse tipo de flexibilização não aumentou o número de empregos. “Como atestam estudos da OIT (*Organização Internacional do Trabalho*), houve mais fechamento de postos do que abertura de vagas nesses países.”

Siqueira também condena os argumentos governamentais de que tais medidas são necessárias para estancar o crescimento do número de desempregados no País, que hoje ultrapassa 13 milhões. “Não se pode falsear a realidade tanto assim. Culpar a lei trabalhista pelo desemprego é uma das maiores inverdades que os interessados na extinção têm proclamado.” O juiz cita a realidade recente do País para mostrar a fragilidade do discurso do Executivo: “Em 2003, a taxa de desemprego era de 12,4% e em 2013 chegou a 5,4%, em uma rota sempre decrescente, segundo o IBGE (*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*), mas tendo como pano de fundo os bons números da economia.”

Costa está ainda mais preocupado com o item do PL 6.787 que dá “força

de lei” a acordos e convenções coletivas. “A prevalência do negociado sobre o legislado já é assegurada pela Constituição, desde que seja para melhor. Mas o projeto introduz a prevalência do pior.” Ele cita especificamente os itens sobre o limite da jornada diária e a redução do intervalo intrajornada, de uma hora para 30 minutos. “O que se pretende é negociar jornadas bem acima do limite atual de oito horas diárias. Poderemos ver, a partir disso, jornadas de 12, 15, 20 e até 24 horas.”

O projeto, observa o procurador, avança em alguns pontos mínimos, como o aumento da multa por falta de registro e na representação no local de trabalho. Mas, nesse último item, Costa diz que o PL não esclarece, por exemplo, quem organizará a eleição. Ainda sobre essa questão, o especialista preocupa-se com os poderes conferidos pelo PL a esse representante, como o de homologar rescisões contratuais. “Essa prerrogativa hoje é dos sindicatos. É algo que pode significar ainda mais prejuízos aos trabalhadores, porque esse empregado poderá ser

“Certamente não será uma reforma trabalhista que trará desenvolvimento”, diz Murilo Pinheiro.

um representante no caráter formal da lei dos trabalhadores, mas na realidade pode vir a ser um defensor dos interesses da empresa. O fato de ele não ter a obrigação de ser filiado a um sindicato é outro ponto preocupante.”

Siqueira, da Anamatra, chama a atenção ainda aos mais de 40 projetos, segundo levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), em tramitação no Congresso Nacional que precarizam as relações do trabalho. “Do ponto de vista demo-

crático, o que se assiste hoje no Brasil é estarrecedor. Quem elege deputados e senadores não é por eles minimamente respaldado nas ações legislativas, de maneira geral”, lamenta.

Para combater a proposta, a Procuradoria-Geral do Trabalho promoveu, em 24 de janeiro, em Brasília, encontro com mais de 30 entidades, entre centrais e confederações sindicais, associações de juizes e procuradores, universidades etc.. Essa articulação constituiu o Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social.

PL 6.787/2016 trata dos seguintes assuntos

1. Representação no local de trabalho.
2. Prevalência do negociado sobre o legislado nos seguintes direitos: parcelamento das férias em até três vezes, com pagamento proporcional aos respectivos períodos, sendo que uma das frações deve corresponder a pelo menos duas semanas de trabalho; jornada de trabalho com limitação de 12 horas diárias e 220 horas mensais; participação nos lucros e resultados (PLR); horas *in itinere* (deslocamento); intervalo intrajornada (limite mínimo de 30 minutos; hoje é de uma hora); ultratividade dos instrumentos coletivos (fim da extensão de acordo ou convenção após sua expiração); plano de cargos e salários; adesão ao Programa de Seguro-Emprego (PSE); banco de horas; trabalho remoto; remuneração por produtividade; e registro de jornada de trabalho.
3. Aumento da multa pelo não registro de trabalhadores.
4. Alteração no contrato de trabalho temporário.
5. Alteração nas regras do trabalho em regime de tempo parcial.

RS

Sindicato marca presença na universidade

A ampliação da presença junto aos estudantes de engenharia e ao meio acadêmico é uma das diretrizes do Planejamento Estratégico do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul (Senge-RS) na gestão 2014-2017. Já resultam no aumento do número de graduandos no quadro social da entidade, como sócios estudantes, e nos cursos e eventos. Isso é fruto da ampliação dos benefícios à categoria, com descontos de até 15% nas mensalidades nos cursos de graduação, pós-graduação e extensão das maiores universidades e instituições de ensino do Rio Grande do Sul. Os filiados das demais categorias têm até 30% de desconto nos cursos do Programa de Qualificação. Foram formalizados acordos de cooperação com as universidades de Caxias do Sul, Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul e do Vale do Rio dos Sinos. São instrumentos que consolidam o intercâmbio entre entidades, com a presença do Senge na vida acadêmica. Os encontros são uma chance “para apresentarmos o trabalho do sindicato à valorização profissional, despertar a consciência dos jovens estudantes para os direitos e responsabilidades inerentes à nossa profissão”, disse o presidente do Senge, Alexandre Wollmann. Mais informações no *site* www.senge.org.br.

Divulgação Senge-RS



Presidente Wollmann na formatura das Engenharias da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PI

Empossada diretoria para gestão 2017-2020

No dia 27 de janeiro último, ocorreu a solenidade de posse da diretoria do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Piauí (Senge-PI), que terá à frente Antonio Florentino Filho, reconduzido à presidência da entidade no pleito realizado em 16 de dezembro de 2016 e cumprindo agora seu sexto mandato. A cerimônia contou com a presença do

prefeito de Teresina, Firmino Filho, dos presidentes da FNE, Murilo Pinheiro; do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí (Crea-PI), Paulo Roberto de Oliveira; e do diretor do Instituto de Desenvolvimento do Piauí (Idepi), Juraci Porto. Na ocasião, Florentino enalteceu a aprovação pela categoria do trabalho que vem sendo feito à

CE

Oportunidades de trabalho

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Ceará (Senge-CE) está buscando novas parcerias com o Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará (TCM-CE) e a Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece). Essas visam abrir mercado de trabalho aos engenheiros em localidades que não têm como contratar uma equipe técnica própria. A oferta de serviços se dará a partir da demanda dirigida e negociada entre gestores municipais ou seus prepostos e o Senge. Com esse objetivo, já está em andamento elaboração de convênio de

cooperação com o TCM. Ainda, a participação do sindicato no “VI Seminário de novos gestores” possibilitou mostrar aos prefeitos recém-empossados que há alternativa de contratação de profissionais ou equipe multidisciplinar da área técnica a preços justos, com qualidade e sustentabilidade. “Dois mil e dezessete promete e vem com a esperança da luta continuada. A engenharia precisa continuar unida; as bases têm que dar o suporte necessário às suas entidades e seus gestores devem ousar e buscar novos rumos”, afirma Maria Helena de Araújo, presidente do Senge.

GO

Jovem engenheiro em pauta em Goiânia

Inúmeros jovens engenheiros foram recebidos na sede do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás (Senge-GO) para participarem do evento “O painel do novo engenheiro”, realizado em 9 de dezembro último. A atividade contou com a participação do presidente da entidade, Gerson Tertuliano, do vice, Wanderlino Teixeira, do diretor Claudio Henrique Azevedo e do conselheiro Marco Antonio Ribeiro. Vários profissionais marcaram presença, entre eles,

o presidente da Associação Jovem Empreendedor (AJE), Cledistonio Júnior, e membros da Organização Não Governamental Engenheiros sem Fronteiras. A coordenadora do Núcleo Jovem, Emely Gomes, e os integrantes da direção Áquila Levindo, Ulisses Sena e Guilherme Milhomem comandaram a reunião com apresentações e discussões, visando a melhoria da profissão e debatendo o cenário econômico, a unidade da categoria e a participação no sindicato.



Representantes da FNE prestigiam posse de Florentino Filho.

frente da entidade. “Obrigado a todos que ajudaram o Senge nessas vitórias, e queremos mais apoio dos nossos engenheiros para o sindicato ficar cada vez mais forte”, afirmou.

PA

Saneamento enquanto política pública

Nos dias 19 e 20 de janeiro último ocorreu o “I Seminário em defesa do saneamento enquanto política pública”, em Santarém (PA). O evento foi realizado pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará (Senge-PA), em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Pará, a Universidade Federal do Oeste do Pará e outras instituições. Entre os participantes, o prefeito de Santarém, Nélio Aguiar, representantes do Ministério Público Estadual e o professor Luiz Roberto Santos Moraes, da Universidade Federal da Bahia, que ministrou a palestra “Saneamento público: direito de todos e dever do Estado”. O evento integra o calendário de mobilização e luta contra a privatização da Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), que está no primeiro bloco de empresas de saneamento a serem objeto de parceria público-privada, conforme edital publicado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Diário Oficial da União, em 5 de janeiro. “Sucatear para privatizar” foi o tema abordado pela presidente do Senge, Eugênia von Paumgarten, que traçou um paralelo com o processo pelo qual passou a Centrais Elétricas do Pará (Celpa).

SC

Visita à Câmara Municipal de Florianópolis

Um grupo de entidades profissionais e empresariais, entre as quais o Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina (Senge-SC), foi recebido em 18 de janeiro último pelo presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, Gui Pereira. O presidente do Senge, Fábio Ritzmann, e seu vice, Carlos Bastos Abraham, consideraram positiva a receptividade de Pereira. “Foi dada abertura ao diálogo com as entidades, o que não existia antes, quando essas eram praticamente ignoradas”, afirmou Ritzmann. Segundo ele, houve inclusive pedido formal de sugestões pelo presidente da Câmara, não apenas em relação a projetos de lei, mas também de melhorias dos processos administrativos da Prefeitura de Florianópolis, visando simplificar ou agilizar as tramitações.

Divulgação Senge-SC



Grupo objetiva acompanhar as ações da nova administração.

MA

Entidade indica conselheiros ao Crea-MA

Foi realizada pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão (Senge-MA), no dia 12 de janeiro último, em sua sede, a eleição para escolha dos seus representantes no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão (Crea-MA), nas modalidades de engenharia civil, mecânica e metalurgia, engenharia elétrica e agronomia, à gestão 2017-2019.

Argumento do governo para propor reforma não se sustenta ao se analisarem receitas e despesas

Não existe *déficit* da Previdência

Jéssica Silva e Fábio Pereira

Sob o já conhecido argumento de *déficit*, a Proposta de Emenda à Constituição 287/2016 feita pelo Governo Temer entra em discussão novamente com o retorno das atividades no Congresso. O texto, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça em dezembro, aguarda agora a criação de comissão especial que debaterá a matéria. Para a vice-presidente da Associação Paulista dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Apafisp), Margarida Lopes de Araújo, o argumento é falacioso e a proposta de reforma, uma afronta aos direitos dos trabalhadores. “Com essa história de resolver problemas, o governo ataca direitos já

consagrados aos trabalhadores brasileiros. A Previdência Social pública é um patrimônio, temos que preservá-la”, afirma a diretora.

A Apafisp, braço estadual da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), atua há 50 anos na defesa do servidor público e do profissional em regime regular. Em entrevista ao **Engenheiro**, Araújo mostra as contas feitas pela entidade que desmentem o saldo negativo do caixa previdenciário. “Nós queremos que toda a sociedade saiba e discuta os seus interesses, os seus benefícios, os seus direitos”, diz.

A principal justificativa à reforma da Previdência é de que a conta não fecha. Mas essa conta está correta?
O governo apresenta a Previdência Social de uma forma deficitária porque mostra os gastos com benefícios e programas sociais custeados apenas pela receita da Previdência. Porém, ela faz parte da Seguridade Social, que é um pacote composto também por assistência social e saúde. A Seguridade, por sua vez, tem recolhimento na folha de pagamento do trabalhador, em receitas ou faturamentos, no lucro, em loterias federais e oriundas de importadores de bens e serviços, segundo o artigo 195 da Constituição Federal. E no trabalho da Anfip mostramos claramente que essa é a visão correta, a de pacote. Quando a vimos assim, a Previdência Social não apresenta *déficit*, e sim *superávit*.

Como é a conta correta?

A conta errônea que estamos acostumados a ver é a que contabiliza apenas o que se recolhe de receita da Previdência Social, subtraindo o que se paga em benefícios. Em 2015, por exemplo, a Previdência Social recolheu R\$ 353 bilhões aproximadamente e pagou R\$ 437, gerando o saldo negativo de R\$ 84 bilhões. Mas, por se tratar de um conjunto, a Seguridade Social deve ser contabilizada como única. A nossa conta soma todas as contribuições, com base nos dados disponibilizados pela própria

União em *sites* governamentais. A receita total da Seguridade em 2015 foi de R\$ 694,4 bilhões. Em benefícios e outras despesas, foram gastos R\$ 683,2 bilhões, apresentando assim um *superávit* de R\$ 11 bilhões. Essa sobra é frequente. Em 2014 foi de R\$ 53 bilhões, em 2013, de R\$ 76 bilhões e em 2012, R\$ 82 bilhões. Nesse sentido, não há o que mexer na Previdência Social. É muito triste saber que toda vez que o governo quer resolver seus problemas de caixa ele acaba atacando os direitos dos trabalhadores.

O caixa da Seguridade Social, portanto, tem uma boa receita?

Sim, mesmo com as desonerações perniciosas. Por exemplo, diminui-se a contribuição do empresário com a justificativa de que é para gerar mais emprego, mas isso não é verdade. Tudo mostra que quando ele desonera a folha de pagamento de grandes empresários, isso se transforma em lucro para a empresa, e nunca em novos empregos. Outra coisa que não poderia acontecer é Desvinculação das Receitas da União (DRU), que permitia que 20% da arrecadação da Seguridade fosse usada para quitar outras dívidas da União. Hoje, são 30%. Se a Previdência é deficitária, se a Seguridade Social não supre os gastos, como é que o governo tira esse valor? Ele não deveria fazer



Beatriz Arruda

Margarida Lopes de Araújo em defesa da Previdência: “ela é patrimônio dos trabalhadores e deve ser preservada.”

isso, mas faz. E isso tudo infelizmente não é divulgado. Para a população só é passado o discurso de que a Previdência vai quebrar, que não dá para pagar benefícios, o que não é real.

Como a reforma prejudica os trabalhadores?

A reforma é injusta, a começar pela idade mínima proposta de 65 anos, tanto para homens como para mulheres. Não é justo, porque a mulher pode ter um tempo menor de contribuição, além do salário inferior e o trabalho doméstico. E, tratando-se do Brasil, sabemos que em muitos estados e cidades mais humildes, onde o trabalhador têm condições precárias, a expectativa de vida diminui. Muitos vão correr o risco de

morrer sem se aposentar. Outra injustiça é o tempo de contribuição para o valor integral do benefício. Serão 49 anos. Isso desestimula o trabalhador, que não vai querer contribuir, já que poderá receber muito pouco. No modelo de transição, a idade não será levada em conta, mas o tempo de contribuição será calculado segundo as regras novas. Ele não prejudica o trabalhador que já está para se aposentar, mas pode reduzir seu valor de benefício por direito. Assim, quem já tem 50 anos e já tem um tempo de contribuição entra na regra de transição, tendo que trabalhar mais um ano ou dois, conforme a situação para o cálculo. Tudo isso ainda são propostas em discussão. Mas aí temos outro problema, pois com a chance de mudar a regra, o trabalhador corre para se aposentar e, se não lhe cabe a fórmula 85/95 para receber 100% da aposentadoria, ele vai ter que se sujeitar ao fator previdenciário, o que não é interessante para ninguém.

Qual é a visão da Apafisp sobre a reforma?

Na nossa visão, o governo não tem que reformar a Previdência Social, mas sim criar políticas públicas para melhorar a situação dos trabalhadores. É preciso elevar o nível de emprego, de escolaridade, para que todas as pessoas tenham possibilidade de trabalhar melhor, ganhando mais, e também se aposentar por regras decentes e factíveis.

Isitec lança cursos em diversas áreas para capacitar profissionais conforme demanda do mercado

Qualidade e inovação na pós-graduação

Deborah Moreira

O Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), instituição pioneira a oferecer a graduação em Engenharia de Inovação, preparou um programa de pós *lato sensu* para 2017 que tem o objetivo de atender demandas do mercado e oferecer formação qualificada. No total, serão 15 cursos oferecidos ao longo do ano, na capital paulista, no interior do Estado e também no Rio de Janeiro e em Fortaleza. As atividades atendem profissionais de diversas áreas para capacitação em setores estratégicos ao desenvolvimento do País. A marca da inovação está em todos eles.

“Pretendemos formar para inovar e empreender, em benefício da sociedade. Queremos transferir para a pós-graduação o que acumulamos na graduação. Ou seja, oferecer cursos com características diferenciadas, adicionando um ingrediente a mais, uma disciplina ou atividade, que acrescente uma nova visão, gerando novos conteúdos”, explica Antonio Octaviano, diretor de Extensão e Serviços de Consultoria do Isitec.

Um exemplo desse objetivo é o curso “*European Energy Manager: Gestão de Energia*”, voltado à eficiência energética, que possui dupla certificação. Isso porque o aluno que passa por ele também tem direito a fazer parte de uma rede global de engenheiros especialistas em eficiência energética, por meio da qual pode trocar informações e conhecimento tecnológico.

De origem alemã, a formação chegou ao País em parceria com o *Intelligent Energy Europe Programme* (IEE), da União Europeia. Com duração de 18 meses (380 horas), está na quinta turma. Duas novas iniciam-se em 17 e 24 de março, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente. As aulas serão quinzenais, sempre às sextas, das 19h às 23h, e aos sábados, das 8h às 17h. Denésio de Andrade Carvalho, consultor de pós-graduação do Isitec, lembra que, nesse curso, profissional e



Equipe do Isitec e parceiros, da esq. para a dir.: Antonio Octaviano, diretor; João Gaspar, da TI Lab; Rosângela Castanheira, da Triade Engenharia de Custos e professora do curso de BIM; Angélica Perez, da comunicação; Denésio Carvalho, Meire Garcia e Regina Ruschel, coordenadores.

empresa saem ganhando. “Ao final, o aluno produz um projeto no ramo que ele escolher, geralmente para seu local de trabalho. Ou seja, a empresa que investir nessa formação receberá um projeto de eficiência energética, obtendo redução de custos com novas tecnologias. Além disso, retém esse funcionário, oferecendo formação qualificada.”

A partir de março, cinco cidades paulistas oferecerão o curso “Engenharia de Segurança do Trabalho”, com duração de dois anos (680 horas). A formação tem um módulo extra de 40 horas, voltado à necessidade específica de cada localidade ou região. Assim, em São Paulo, Itapetininga, Bauri e São José do Rio Preto, o foco será na agricultura. Em Campinas, o tema a ser acrescido na grade, provavelmente ligado à indústria, será decidido pelos alunos que formarem a turma.

Para o coordenador pedagógico do curso, o professor Celso Atienza, diretor da FNE, é urgente atender as diversas especificidades da Engenharia de Segurança: “A agricultura demanda conhecimentos tanto no plantio, quanto na parte industrial. Os riscos desse setor são diferentes, como por exemplo o uso correto de produtos

agrícolas, a mecanização do campo, além de práticas inovadoras de agroecologia.”

Parcerias

As parcerias têm sido fundamentais para a formatação dos currículos. “Temos um corpo docente que se dedica à graduação. Por isso, toda a pós-graduação é feita a partir de parcerias com instituições e profissionais qualificados e renomados no mercado. E essa fórmula tem se mostrado exitosa”, observa Octaviano.

Algumas delas renderam novidades, como o curso “Modelagem da informação da construção”, para atualizar profissionais no uso da ferramenta *Building Information Modeling*, conhecida pela sigla BIM, que tem coordenação pedagógica da professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Regina Coeli Ruschel.

A arquiteta Meire Garcia, coordenadora administrativa desse e de outros cursos da pós-graduação do Isitec, lembra que essa será a ferramenta mais utilizada nos escritórios em um prazo de dez anos. “Os projetos saíram da prancheta e foram para o AutoCad e assim permanecem na grande maioria dos escritórios. Porém, uma evolução está ocorrendo, que é a mudança para o BIM,

uma plataforma digital em 3D para planejar e unificar todos os projetos que envolvem uma obra, como de construção, elétrica e arquitetura”, explica.

Outras duas propostas do Isitec foram pensadas para atender recém-formados que pretendem atuar em escritórios ou montar o seu próprio: “Gestão eficaz de escritórios de engenharia e arquitetura”, coordenado e ministrado pelo professor Ênio Padilha, que atua no mercado há 20 anos; e “Engenharia da lucratividade”, coordenado e ministrado pelo professor Mozart Bezerra da Silva. “Montada exclusivamente para o Isitec, a formação pretende dar aporte aos profissionais que saem das faculdades sem essa noção de empreendedorismo”, conta Garcia.

Outra opção é “Gestão ambiental sustentável”, coordenado pelo professor João Sergio Cordeiro, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com início previsto em abril (em São Paulo) e setembro (em Marília). Um diferencial nessa proposta é o módulo sobre “Valoração do dano ambiental”. “Vimos o desastre que ocorreu em Mariana. Quais os critérios, as ferramentas, como você mensura o que foi perdido em uma tragédia como essa?”, indaga Octaviano.

Também atual é o curso de “Gestão de TI com ênfase em inovação”, em que seu coordenador, Ricardo Gedra, que tem 20 anos de experiência profissional e há dez coordena cursos de pós-graduação, inclui o aspecto social na implementação ou aperfeiçoamento de um sistema de gestão de TI, visando a integração dinâmica dos diversos departamentos de uma empresa.

Serão oferecidas no segundo semestre, ainda sem data definida, especializações em “Energia solar fotovoltaica” e “Excelência operacional”.

Interessados podem obter mais informações e se inscrever nos cursos no *site* <http://www.isitec.edu.br/pos-graduacao/>, pelo *e-mail* pos@isitec.edu.br ou telefone (11) 3254-6850.